

RELATORIA CRÍTICA DO EVENTO

Seminário UrbanSus Governança, Planejamento Municipal e Coprodução Cidadã

24 de novembro de 2021

9h00 – 13h00

Local: Instituto de Estudos Avançados da USP (virtual)

O Seminário “UrbanSus: Governança, Planejamento Municipal e Coprodução Cidadã” é parte do *Ciclo de Workshops em Cidades Sustentáveis*, realizado pelo Centro de Síntese USP Cidades Globais do IEA/USP (CSCG/IEA-USP) em parceria com o Programa de Capacitação e Estudos Urbanos e Regionais para Sustentabilidade (Programa CEURS) da Universidade Federal de Santa Catarina, com patrocínio da Câmara dos Deputados e contratação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC).

O evento ofereceu um espaço para debater sobre a governança e a coprodução cidadã como elementos integrantes do planejamento e gestão de cidades sustentáveis e trouxe como pauta diversas iniciativas atuais no tema, com enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11- cidades e comunidades sustentáveis e 17- parcerias e meios de implementação, abrangendo os instrumentos de participação popular e gestão democrática de cidades, a governança do conhecimento e as parcerias para a sustentabilidade, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

O seminário contou com a participação de lideranças do Poder Executivo, do Poder Legislativo, da universidade e das Organizações da Sociedade Civil que se destacam pelo desenvolvimento de iniciativas, práticas, projetos, programas e políticas que envolvem efetivamente a participação popular. O primeiro painel apresentou duas experiências sob a governança do Executivo, e duas experiências sob protagonismo da sociedade civil na coprodução de projetos e iniciativas participativas que apontam caminhos possíveis para a coprodução cidadã de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas. No segundo painel o debate prosseguiu com representantes da academia e do parlamento, falando sobre experiências notáveis em Portugal, Chile e Brasil.

PROGRAMA

Abertura (09h00 às 09h30)

Arlindo Philippi Jr. (FSP e IEA-USP), Roberto Pacheco (UFSC/CEURS) e Guilherme Ary Plonski (EP e IEA-USP)

Painel I - Participação popular e coprodução cidadã na governança urbana (09h30 às 11h00)

- Sisi Blind (ex-prefeita de São Cristóvão do Sul-SC e Diretora Executiva da Federação Catarinense de Municípios-FECAM) – A experiência da FECAM – Federação Catarinense de Municípios
- Silvio Alexandre Zancanaro (Prefeito de Campos Novos-SC) - Campos Novos Sustentável
- Rodrigo Iacovini (Instituto Pólis) – A atuação do Instituto Pólis
- Anita Pires (FloripAmanhã) – Somos FloripAmanhã por uma cidade melhor

Moderação: Arlindo Philippi Jr. (FSP e IEA - USP)

Relatoria: Rosane Segantin Keppke (IEA-USP) e Vivian Blaso (IEA-USP)

Painel II - Parcerias para o desenvolvimento urbano sustentável e governança do conhecimento (11h00 às 12h30)

- João Morais Mourato (ICS/Universidade de Lisboa) – Desafio Global, Inovação Local: a Iniciativa Nacional Cidades Circulares – InC2
- Claudia Garcia-Lima (Universidad de Concepción, Chile) – Participação cidadã no Chile e as Mesas de Diálogo para o Desenvolvimento Portuário na Região de Biobio
- Gilberto Natalini (ex-vereador de São Paulo) – Participação popular, parceria e políticas públicas

Moderação: Debora Sotto (IEA – USP)

Relatoria: Tatiana Tucunduva P. Cortese (IEA – USP) e Debora Sotto (IEA- USP)

Encerramento (12h30 às 13h00)

Roberto Pacheco (UFSC/Programa CEURS) e Marcos Buckeridge (IB e IEA-USP)

Organização

Centro de Síntese USP Cidades Globais (USP-CG-IEA)

Parceria:

Programa de Capacitação e Estudos Urbanos e Regionais para Sustentabilidade (Programa CEURS-UFSC)

Apoio

Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (ProASaS- FSP-USP)

Programa de Pós-Graduação Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC-UFSC)

Painel 1 – Participação popular e coprodução cidadã na governança urbana

Relatoria: Rosane Segantin Keppke (IEA-USP) e Vivian Blaso (IEA-USP)



Ilustradora: Vivian Blaso

A primeira panelista foi **Sisi Blind**, ex-prefeita de São Cristóvão do Sul-SC e atual Diretora Executiva da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com graduação, bacharelado e mestrado em Teologia, ex-professora titular da Universidade do Contestado e ex-secretária de saúde. Cumprimentando os organizadores, ela faz menção à Deputada Ângela Amin - parlamentar que dedicou uma ementa para criar e impulsionar o CEURS, que junto com a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) formam uma coalizão interinstitucional em defesa da formação, da construção do conhecimento, da partilha e das conexões setoriais como fundamentos da governança pública.

Nas palavras de Blind:

A gestão pública é itinerante, pois há mudanças a cada 4, 8 anos. Isso é parte do processo político. A FECAM tem o papel de amenizar as transições e evitar rupturas, por meio da participação ativa das comunidades. Santa Catarina é pulverizada em 295 pequenos municípios, onde a participação nos conselhos e decisões ainda está muito aquém. A comunidade e a sociedade esperam historicamente pelo poder público.

Quando prefeita ela dizia “você não sabem o poder que tem enquanto partícipes de conselhos, enquanto pessoas que podem participar dos projetos e das organizações, ‘precisa caçar a laço as pessoas para participarem dos conselhos, daí a importância da iniciativa do CEURS”. A FECAM mobiliza a sociedade para que participe dos conselhos e processos das políticas públicas; identifica e divulga práticas exitosas, principalmente em Educação e Assistência Social; e aproxima a universidade do poder público e da sociedade.

Segundo Blind, as conexões tem função estratégica para a sustentabilidade dos municípios, em consonância com o ODS 11 e o ODS 17 - esta percepção vem ao encontro da teoria da aprendizagem social. Segundo a compilação de Costa e Peres (2014), o processo participativo se intensifica conforme os cidadãos aprendem a ocupar efetivamente os canais institucionalizados de participação, e o poder público, de sua parte, aprende e aperfeiçoa estes canais e processos, em síntese, estado e sociedade se retroalimentam e se aprimoram quando interagem.

O segundo panelista foi **Silvio Alexandre Zancanaro**, Prefeito do Município de Campos Novos, empresário, contador, ex-presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, ex-vereador. Campos Novos é um dos maiores municípios em extensão de Santa Catarina, tem 40 mil habitantes, é essencialmente agrícola e produz 56% das sementes de soja no país, é, portanto, um município rico. Em 2017, ao assumir o mandato, “de cara fomos denunciados por um aterro irregular que funcionava há 20 anos, e em menos de 60 dias tinha que se apresentar um projeto de recuperação”. A crise motivou o programa “Campos Novos Sustentável”, criado a partir de um projeto facetado em seis eixos de atuação: Cidade Limpa, PEV¹ Eletrônico, Centro de Compostagem, Saneamento 100%, Educação Ambiental/ Ecoponto, Eficiência Energética.

O projeto Cidade limpa disponibiliza caçambas em todos os bairros do município com a finalidade de receber o descarte de grandes volumes e resíduos sólidos de construção civil (RCC).

¹ Ponto de entrega voluntária.

O “PEV Eletrônico” tem a parceria da Associação Comercial, da Câmara de Dirigentes Lojistas e da Associação dos Municípios do Planalto de Santa Catarina (AMPLASC) para a instalação de pontos de entrega voluntária de lixo eletrônico.

A Central de Compostagem é o principal caso do município, descrito adiante. Saneamento 100% foi uma meta de 2017, que atualmente já alcançou 98% de água tratada e 92% de esgoto coletado no perímetro urbano. O projeto de “Educação Ambiental” foi formulado a partir de uma missão na Alemanha e consiste em containers para coleta seletiva e reciclagem instalados nas escolas. O projeto de Eficiência Energética já realizou a troca de 1/3 da iluminação pública por lâmpadas de led.

No perfil dos resíduos sólidos de Campos Novos, 51,4% são orgânicos, 16,7 rejeitos, 31,9% recicláveis – “a parte mais fácil, porque terceiriza, transforma e leva, o maior problema é o orgânico, pois normalmente vai para o aterro ou para a queima, e a intenção era fazer o reverso, por isso fomos atrás de solução e hoje o aterro deu lugar às leiras de compostagem”. Outras preocupações com a sustentabilidade se evidenciam no barracão de construção sustentável, cisterna e incorporação do chorume ao processo de compostagem. Para tanto há uma equipe interdisciplinar de técnicos e cinco operacionais que trabalham no complexo.

A coleta é feita por bombonas colocadas junto aos grandes geradores de orgânicos – restaurantes, bares, lanchonetes, padarias, hospitais e escolas. Os resíduos já separados na origem são coletados duas a três vezes por semana. O processo é manual e leva 46 dias. Recentemente adquiriu-se um picador de poda que também é incorporada ao processo de compostagem. Um engenheiro agrônomo monitora a proporção carbono-nitrogênio.

“A central fica ao lado de um Conjunto Habitacional, mas não tem cheiro nem animais [sinantrópicos], pelo contrário, tem pássaros”. Hoje se produzem 17 toneladas de composto ao mês, que é usado, usado no próprio município em canteiros de praças, avenidas e hortas comunitárias (a própria central possui uma), gerando alimentos gratuitos para a comunidade. Na expansão do projeto criou-se a figura do vizinho solidário – o estabelecimento receptor das bombonas compartilha o uso com os domicílios de entorno. “Com a soma de esforços reduziu-se em 10% o volume de orgânicos que iria para o aterro, e a comunidade está aderindo pouco a pouco”.

Sobre a instalação dos ecopontos, “só implantar a coleta seletiva não passa de 20 a 30% de coleta, mas isso é potencializado com educação ambiental”. A partir desta percepção os ecopontos foram implantados nas escolas, complementados por projetos pedagógicos que mobilizam as crianças e, por conseguinte os seus pais. Além disso, todos os recursos arrecadados com a venda do material reciclável ficam destinados para a Associação de Pais e

Professores (APP). “Com isso a própria APP faz caixa para investir na escola – festas, celebrações, comemorações. Em um ano, algumas escolas receberam R\$ 3 mil.

Estas iniciativas de coleta seletiva e orgânicos para reciclagem representa uma economia anual de R\$ 350 mil, sem computar o ganho do composto, da economia e da sustentabilidade. O próximo passo é mecanizar para ganhar em volume, viabilizar veículos motorizados para catadores. A projeção de meta em 2042 é chegar a menos de 1000 kg/ mês a destinação para o aterro. O investimento pequeno e o retorno grande.

O terceiro panelista foi **Rodrigo Iacovini**, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela FAUUSP, bacharel em Direito, coordenador da Escola de Cidadania do Instituto Pólis e assessor da Plataforma Internacional pelo Direito à Cidade.

O pesquisador iniciou a sua fala ressaltando a relevância do Centro de Síntese IEAUSP Cidades Globais em trazer o tema “Governança, Planejamento Municipal e Coprodução Cidadã”, destacando a trajetória do Instituto Pólis nas lutas relacionadas as pautas que reivindicam o direito à cidade - desde o direito à habitação até as questões relacionadas às mudanças climáticas.

O Instituto Pólis é uma Organização da Sociedade Civil brasileira que há mais de 35 anos está empenhada na fomentação de redes, um trabalho conjunto com outras entidades e redes parceiras, a exemplo da Aliança Resíduo Zero, Fórum Nacional da Reforma Urbana, e da Plataforma Global do Direito à Cidade (GPR2C). Na perspectiva do instituto, o pesquisador ressaltou que:

“Todos nós construímos a cidade no nosso cotidiano: pegando o ônibus para ir trabalhar, construindo nossa casa, quando eu vou aproveitar o parque para brincar com os meus filhos, quando eu vou fazer compras, ou quando estou me descolando para ir ao museu, eu estou construindo a cidade, eu estou fazendo parte da cidade. Se todos nós construímos a cidade como bem comum, todos nós temos o direito a usufruir dela, de maneira equitativa destes benefícios. E para isso, entendemos o direito à cidade como o direito de usar a cidade, de ocupar, de produzir a cidade através das nossas casas nós também temos o direito de participar dessa condução: da governança.”

A Plataforma Global do Direito à Cidade (GPR2C) reúne movimentos e organizações sociais, acadêmicos, redes internacionais, defensores de direitos humanos, ONGs, governos

locais e engloba mais de 300 organizações nacionais internacionais em 55 países na África, Ásia, América e Europa a fim de “colaborar para o surgimento de novas utopias emancipatórias e laços sociais em nossas sociedades (...) A participação política da cidade na plataforma está relacionada a uma reivindicação efetiva nas mais variadas etapas das políticas urbanas, ela representa uma voz ativa, nas questões que impactam as suas vidas em comum”.

Sobre participação política na construção do direito à cidade, nas palavras de Iacovini:

A participação cidadã é o que confere maior transparência na política para que todos saibam para onde estão sendo destinados os recursos, como estão sendo distribuídos os benefícios da cidade o que confere um benefício à cidade e se tornam mais aderentes as realidades e necessidade da população e com isso as políticas conseguem assim representar os diversos interesses da população, a gestão pública é gerir estes interesses que muitas vezes são diversos, contraditório, conflituosos e se você faz isso junto com estes atores a possibilidade de mediação desses interesses é muito maior.

Por que falar em participação e coprodução? Iacovini destacou três argumentos que são centrais na defesa da participação e na coprodução das cidades:

- O cumprimento da ordem jurídica relacionados aos princípios da legalidade previsto na constituição federal 1988 e na Lei Federal 10.257/01 - o Estatuto da Cidade;
- A população sempre faz parte das políticas;
- É requisito essencial para se alcançar o direito à cidade.

“Às vezes é preciso lembrar o óbvio: a nossa Constituição Federal consagra a democracia participativa, afinal todo poder emana do povo que pode exercê-la também”. Mas outros documentos internacionais também contribuem para validar a importância da participação social nas cidades e assentamentos humanos: como a Agenda 2030² e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e a “Nova Agenda Urbana da ONU Habitat”³ documentos em que o Brasil é signatário:

(b) sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de

² Agenda 2030 - “A ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo”. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 28/01/22

³ Nova Agenda Urbana da Onu Habitat. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/nova-agenda-urbana>. Acesso em: 28/01/22

qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade”.

“O Brasil se comprometeu a criar cidades e assentamentos humanos que realmente fossem participativos, o país se comprometeu a gerar políticas que fossem efetivamente políticas nacionais participativas em todos os processos de decisão: planejamento, acompanhamentos dessas políticas”, com destaque para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Objetivo 11. *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis:*

(...)

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

Objetivo 16. *Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

Os ODS induzem a importantes reflexões:

Se essa é a ordem jurídica vigente no Brasil, será que estamos cumprindo com ela? Existem casos interessantíssimos já apresentados aqui, mas existem muitos casos que a gente precisa avançar bastante, não só porque é um cumprimento da ordem jurídica brasileira, mas como um imperativo racional de construção de políticas.

Quando o governo não satisfaz efetivamente essas políticas, a população garante meios de garantir essas políticas e a satisfação das suas necessidades, nem sempre os resultados são os melhores, e pode gerar um passivo ainda maior a ser trabalhado pelas políticas urbanas.

Iacovini selecionou e apresentou cases de sucesso na América Latina divulgados na Plataforma Global do Direito à Cidade (GPR2C):

- O “Decálogo Para Políticas De Urbanização De Favelas⁴” surge da aliança entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais, universidades, centros de pesquisa, organizações e redes internacionais e regionais que se uniram no âmbito da iniciativa “Sinergias para a Solidariedade” para imaginar coletivamente um futuro pós-pandemia, construindo uma rede global de colaboração e empatia.

As organizações promotoras defendem que o desenvolvimento de um programa renovado de urbanização de favelas é fundamental para responder às necessidades imediatas e para contribuir para uma recuperação pós-pandêmica a longo prazo baseada no bem-estar da população, na realização de seus direitos e no respeito ao meio ambiente.

O programa foi elaborado a partir de 10 diretrizes que surgiram de um processo coletivo e participativo junto com moradores e diferentes atores envolvidos no processo histórico de desenvolvimento de projetos de melhoria de bairros da América Latina e Caribe, que são: Governança Territorial, Política Pública, Fornecimento de Infraestrutura, Planejamento Territorial, Reconhecimento Político, Diversidade Social, Economias Solidárias, Diálogos de Saberes, Memória Coletiva e Justiça Climática.

- A “Campanha São Paulo Composta, Cultiva!”, na linha do “resíduo zero”, conta com a mobilização de mais de 50 organizações de base e está centrada em torno do *advocacy* para a obrigatoriedade da compostagem na cidade de São Paulo, com foco nos grandes geradores de resíduos: supermercados, restaurantes, e todos que trabalham com a cadeia da alimentação, sendo que em 2024, haverá a renovação do contrato de concessão da gestão de resíduos sólidos, responsável por determinar por 20 anos a forma de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos na cidade.

-

A Campanha São Paulo Composta, Cultiva! tem buscado influenciar políticas públicas para avançar na reciclagem de resíduos orgânicos e na promoção da agroecologia no município de São Paulo. Por isso, durante o processo de consulta pública para o Programa de Metas da Gestão 2021-2024 da Prefeitura de São Paulo, o projeto defendeu metas mais arrojadas no que diz respeito às hortas urbanas e compostagem.

Quando temos uma campanha como essa, estamos contribuindo para elaboração da política, porque muitas vezes o tempo da política, o tempo dos

⁴ Decálogo Para Políticas De Urbanização De Favelas. Disponível em: <https://www.right2city.org/es/decalogo-para-el-mejoramiento-integral-de-barrios-hoja-de-ruta-para-america-latina-y-el-caribe/>. Acesso em: 28/01/22

mandatos, o tempo da elaboração muitas vezes não é o tempo das necessidades da nossa população da nossa cidade.

- As “Casas de Acolhimento da População LGBTQIAP+” representam as formas como coproduzimos o nosso território. É um case relevante para além das questões urbanas relacionadas à produção do habitat, é também uma questão social, já que o Brasil é o país que mais mata a população *trans* no mundo, e com a expectativa de vida reduzida. De acordo com o “Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras (2020)”, 175 pessoas foram assassinadas em 2020 no país.⁵ “Muitas são expulsas de casa, tem dificuldade de acessar emprego e por isso, se torna população em situação de rua”.

Diante dessa perspectiva, muitas iniciativas da sociedade civil têm gerado casas de acolhimento, como é o caso da “Casa 1” em São Paulo⁶:

Além da moradia, alimentação e transporte, os e as jovens acolhidas recebem todo um suporte de assistência social para organização de documentações, apoio nos processos de continuidade ou retomada dos estudos, empregabilidade, atendimentos de saúde clínica e mental, assim como acesso à toda programação do centro cultural.

Por que é importante fortalecer iniciativas da sociedade civil?

Embora muitos municípios tenham abrigos próprios nem todos estão equipados com a infraestrutura ou preparados para receber diferentes necessidades como limites orçamentários do município, ou seja, porque o trabalho de uma casa como essa da Casa 1 não se resume ao trabalho dentro da casa, mas o território que está inserida. Essa população precisa estar segura no seu território, este tipo de trabalho da Casa 1 constrói diálogos e atividades junto com os vizinhos locais, com o comércio local, com as prestadoras de serviços. A construção dessa casa de acolhimento pela própria população LGBTQIAP+, pela própria sociedade civil torna muito mais permeável a interação com o entorno e com o território. É importante o apoio do Estado para manutenção deste trabalho, porém o estado não precisa fazer

⁵ Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo, alerta relatório da sociedade civil entregue ao UNFPA. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/110425-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-pessoas-trans-no-mundo-alerta-relatorio-da>. Acesso em: 28/01/22

⁶ Casa1 - Disponível em <https://www.casaum.org/centro-de-acolhida/moradia/>. Acesso em: 28/01/22

isso sozinho, pode ser uma parceria para que possamos realizar o direito à cidade.

Com isso, Iacovini encerra a sua exposição relembando que: “só é possível realizar plenamente o direito de viver em todas as dimensões da cidade se a gente trabalhar coletivamente por ele. O Direito à Cidade propõe (re)configurar o espaço a partir de suas bases sociais para que seja mais orgânico a elas, diferente dos espaços desiguais, excludentes e (por vezes) autoritários, produzidos por gabinetes, para tornar as cidades mais justas, equilibradas e sustentáveis”.

A quarta e última panelista foi **Anita Pires**, Membro e ex-presidente da Academia Brasileira de Eventos e Turismo, presidente da ONG “Floripa Amanhã” e vice-presidente das Entidades Organizadoras de Congressos da América Latina.

Ressaltando a importância do papel das universidades nestes processos de transformação da sociedade, A. Pires apresentou ações da “FloripAmanhã”, uma organização do terceiro setor “fundada em 2005 por iniciativa de cidadãos conscientes, dos mais diversos setores, que amam Florianópolis e desejam tornar a cidade cada vez melhor: preservada, planejada, inovadora, segura. A FloripAmanhã ⁷ se propõe a ser a instância onde essa cidade – que todos nós queremos – será pensada e defendida”.

A organização participa de diversos movimentos certificados e todas as ações têm como base os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, e dentre os projetos estão especialmente empenhados na questão da Responsabilidade Social para que empresários percebam o que está acontecendo no mundo e possam trazer esta agenda para as suas empresas. As ações da FloripAmanhã são divididas em quatro eixos temáticos interrelacionados:

- Revitalização de áreas públicas;
- Articulações intersetoriais para solucionar problemas da cidade;
- Planejamento de Cidade Sustentável;
- Cidade Criativa.
-

Existe uma articulação interinstitucional que nos ajuda a perceber o que está acontecendo na cidade: são grupos de trabalho da FloripAmanhã, entidades que a FloripAmanhã está coordenando que nos permite ter uma articulação para descobrir parcerias estratégicas com a cidade.

⁷ FloripAmanhã. Disponível em: <https://floripamanha.org/quem-somos/>. Acesso em: 28/02/22

Durante 5 anos a organização lutou para conseguir a chancela das Nações Unidas para Florianópolis integrar a Rede Mundial de Cidades Criativas da “Unesco – Gastronomia”⁸, que em conjunto com a prefeitura municipal de Florianópolis, organizações da sociedade civil e academia ligadas ao setor definiram como prioridade para gerar visibilidade internacional, e incrementar o setor turístico-gastronômico local, com a qualificação dos estabelecimentos existentes, e o estímulo à criação de novos empreendimentos no ramo de gastronomia, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

A partir disso, foram construídas junto com o núcleo estratégico da FloripAmanhã as diretrizes para garantir a governança compartilhada, a fim de operacionalizar e consolidar os projetos elegíveis à chancela da UNESCO, e fortalecer o setor turístico gastronômico local.

Vale ressaltar que, por ser uma Organização não Governamental, existem dificuldades de obter recursos, por isso foi criada uma rede de governança entre Prefeitura, Sebrae, Senac, Instituto Federal de Santa Catarina, sendo a FloripAmanhã o ponto focal junto à UNESCO, onde os interesses coletivos e individuais são pautados pela cooperação, pela capacidade de coprodução, confiança, trabalho em rede e coerência.

Segundo A. Pires, a FloripAmanhã acabou assumindo uma função que seria da Prefeitura, porque a chancela é do município de Florianópolis, mas devido às dificuldades enfrentadas, a organização acabou assumindo a gestão dos projetos através de parcerias público privadas com diversas outras entidades, e é uma das duas únicas ONG no mundo que assumiu este papel na UNESCO, nas outras cidades é feita pelos governos locais. “Outro ponto de destaque é a rede tática formada pelas universidades, que funciona como um ponto de apoio muito forte, por exemplo para tratar das questões relacionadas ao regate ancestral da nossa gastronomia local para ser trabalhada na rede”.

A Rede de Economia Criativa de Florianópolis (FloripaREc). Florianópolis tem uma vocação forte para a economia criativa, mas a prefeitura não tinha dados. Neste sentido, uma rede de economia criativa foi construída a partir da coleta de indicadores em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, que mapeou os “trabalhadores criativos”, que hoje estão empenhados em buscar políticas públicas para essa rede.

⁸ Creative City of Gastronomy, Florianópolis. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/florianopolis>. Acesso em: 28/01/22

Foi elaborada uma pesquisa para mapear os atores desse ecossistema, porque a UNESCO aconselha a trabalharmos com 7 campos criativos, e nós não trabalhamos apenas com gastronomia, trabalhamos com arte, cultura, artesanato, e conseguimos mapear 61 atores no ecossistema.

Existe também um crescimento de inovação e tecnologia e parceria com empresas que gera economia, mas estamos muito ligados ao turismo, o nosso desafio para desenvolver estes setores de arte, cultura, artesanato para criar condições para atender essa demanda maravilhosa que é um de indicadores de desenvolvimento.

Floripa Sustentável é uma mobilização dirigida ao setor empresarial, “porque passamos muitos anos tentando convencer este setor que a cidade é nossa, não é do prefeito”. Fez-se um manifesto para que as pessoas pudessem se envolver, e hoje são 42 entidades que assinaram este manifesto coidealizado por um grupo apartidário, que reúne profissionais autônomos, ONGs, entidades de classe, empreendedores, estudantes e apaixonados em geral por Florianópolis. “A coordenação é da FloripAmanhã, mas é rotativa, então é um bom exemplo de como conseguimos fazer a governança desses interesses todos”.

Manifesto:

“A Florianópolis que você quer é” uma cidade que trilha caminhos criativos para gerar recursos que permitam cuidar melhor das pessoas e da ocupação do espaço urbano? Um ambiente de diálogo, que leve a soluções colaborativas e inteligentes para a construção do futuro generoso que a nossa cidade e a nossa gente merecem? Um ecossistema de inovação que inspire os jovens e provoque a força produtiva a pensar fora da caixa e a buscar uma cidade que seja boa para todos? Então, você é um de nós!

Quando pensamos no futuro de Florianópolis, surgem muitas dúvidas e inseguranças. A boa notícia é que, as mesmas questões que nos afligem, nos unem! E sinalizam que, juntos, podemos fazer valer o nosso sonho de desenvolvimento sustentável. Pleno. Completo. Um crescer responsável, que contemple os aspectos ambientais, sociais, econômicos e de ocupação urbana. Somos um grupo apartidário, que reúne profissionais autônomos, ONGs, entidades de classe, empreendedores, estudantes e apaixonados em geral por Florianópolis. Estamos juntos, como nunca, por uma Floripa Sustentável. Vem!

A FloripAmanhã é um parâmetro para a cidade na busca de soluções, temos demandas muito grandes o segredo é buscarmos na sociedade a inteligência que existe e neste caso das universidades principalmente e sentarmos e juntos

construirmos cooperando e coproduzindo aqueles projetos que a cidade precisa.

O painel 1 apresentou caminhos possíveis que emergem da participação da sociedade civil na coprodução e na ocupação dos espaços políticos da cidade. As experiências aqui relatadas discutiram as muitas dificuldades que se repetem na gestão das políticas públicas no Brasil, e um dos principais riscos são as descontinuidades administrativas inerentes aos ciclos eleitorais. Neste sentido, as múltiplas parcerias, os arranjos interinstitucionais e, principalmente, a coprodução cidadã são o fator-chave, não apenas da continuidade administrativa dos programas, projetos, iniciativas e políticas, mas também da governança sustentável, segundo Spink, Clemente e Keppke (1999 e 2001).

Dessa forma, fica evidente que é preciso que os gestores públicos estruturem uma governança estratégica compactuada com a sociedade, assumam a responsabilidade fiscal e o compromisso ético de não desperdiçar recursos pretéritos ao decidirem pela descontinuidade dos projetos implementados em gestões anteriores.

Outro destaque do painel está relacionado à cidadania ativa e inclusiva por parte da sociedade civil, no relato do pesquisador Rodrigo Iacovini sobre as casas de acolhimento para a comunidade LGBTQIA+. Ele coloca a conexão com o território no centro da implantação das políticas públicas que atendem efetivamente aos interesses coletivos e sobretudo, protegem e asseguram os direitos constitucionais.

Chama a atenção em todos os casos relatados o fato de que, quando as pessoas sentem que fazem parte no âmbito comunitário, estes projetos ganham força, continuidade e impulsionam redes de colaboração que fortalecem processos e alianças estratégicas entre a sociedade civil organizada, o poder público e as empresas, a exemplo dos projetos apresentados pela FloripAmanhã.

Na perspectiva da gestão comunitária participativa, essas alianças convergem para soluções asseguradas pela Constituição Federal de 1988, repactuadas em documentos internacionais nos quais o Brasil é signatário, tais como a Agenda 2030 e a nova Agenda Urbana Ambiental propostas pela ONU, que regem os fundamentos da democracia - “governo em que o povo exerce a soberania.”

Contudo, é preciso estar alerta quanto aos riscos e vícios nos processos participativos, sobretudo os processos e atores “fake”; as assimetrias de representatividade; a participação superficial e limitada a uma etapa insignificante do ciclo de políticas públicas; as instâncias,

mecanismos e canais truncados, à parte os poucos avanços na democracia deliberativa (AVRITZER, 2011; GURZA LAVALLE, 2011).

A propósito, a pandemia desarticulou as forças participativas e evidenciou as desigualdades dos processos participativos mediados por tecnologia, afinal, equipamentos, conhecimento e boa conectividade é quase um privilégio minoritário, nem todos os cidadãos brasileiros contam com uma participação social efetiva e igualitária em função do acesso tecnológico incipiente, e quem os possui está padecendo de “estado de cansaço” (SOARES, MAGLIO, JACOBI, 2021). Com isso, a população acaba sendo excluída do seu direito de exercício de cidadania, conforme previsto no Artigo 5º da Constituição, que diz respeito aos direitos fundamentais e garantias essenciais:

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Neste sentido é importante mencionar o sobrestamento da Revisão do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, judicializado por uma ampla aliança de organizações da sociedade civil⁹, com base nas limitações do isolamento social impostas aos processos participativos, tanto no âmbito presencial quanto no tecnológico, por conta das desigualdades de acesso à participação. Este caso emblemático demonstra o fortalecimento das estratégias de *Advocacy* por parte dos movimentos sociais no Brasil, nos últimos anos, que cada vez mais se apropriam dos direitos constitucionais à participação e ao controle social.

Referências

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In PIRES, R. (org.). A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, p. 13-22, 2011.

COSTA, A. G.; PERES, U. Modelos Teóricos Explicativos Para Instituições Participativas: Construção de um Quadro Conceitual. Revista Gestão e Políticas Públicas, vol. 4(1): 1-21, 2014

⁹ Frente Ampla pela Vida: Disponível em https://www.instagram.com/p/CXOv-kEvD8o/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 29/01/22

GURZA LAVALLE, A. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In PIRES, R. (org.). A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, p. 34-42, 2011.

SOARES, V. B.; MAGLIO, I. C.; JACOBI, P. “Estado de cansaço”: como viabilizar a participação social em tempos pandêmicos no Brasil. *Jornal da USP*, 12/05/2021. Disponível em < <https://jornal.usp.br/artigos/estado-de-cansaco-como-viabilizar-a-participacao-social-em-tempos-pandemicos-no-brasil/>> Acesso em 30.jan.2022

SPINK, P. K.; CLEMENTE, R. S.; KEPPKE, R. S. Continuidade e descontinuidade administrativa: uma análise de fatores que contribuem para a manutenção de programas, projetos e atividades públicas de êxito em governos locais brasileiros. Relatório de – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001. Disponível em <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/continuidade-e-descontinuidade-administrativa-uma-analise-de-fatores-que-contribuem> Acesso em 30.jan.2022

SPINK, P. K.; CLEMENTE, R. S.; KEPPKE, R. S. Governo local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança. *Revista de Administração*, São Paulo, v.34, n.1, p. 61-69, janeiro/ março, 1999. Disponível em https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/spink_-_governo_local_o_mito_da_descentralizacao_e_as_novas_praticas_de_governanca.pdf Acesso em 30.jan.2022

Painel 2 - Parcerias para o desenvolvimento urbano sustentável e governança do conhecimento

Relatoria: Tatiana Tucunduva P. Cortese (IEA – USP) e Debora Sotto (IEA – USP)

Como contribuições de cunho internacional, o seminário traz as reflexões do Professor João Morais Mourato, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sobre o papel da governança e dos diferentes sistemas do conhecimento na transição em direção à sustentabilidade urbana a partir da Iniciativa Nacional para Cidades Circulares, em Portugal, e da Professora Claudia Garcia-Lima, da Universidade de Concepción, Chile, relatando uma experiência prática com a aplicação das Mesas de Diálogo para a elaboração de um plano estratégico de logística portuária para as cidades da região metropolitana de Concepción, visando o seu desenvolvimento econômico, social e urbano em bases sustentáveis. Por fim, o Dr. Gilberto Natalini, médico e ex-vereador da cidade de São Paulo, faz uma exposição sobre a sua experiência como representante eleito e gestor municipal.

O Professor **João Morais Mourato**, licenciado em Arquitectura/Gestão Urbanística pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, com Doutorado em Town Planning pela Bartlett School of Planning, University College London, e investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, fez uma apresentação sobre a Iniciativa Nacional Cidades Circulares - InC2¹⁰, que definiu inicialmente como uma “cópia” portuguesa adaptada de uma política pública europeia.

João Mourato iniciou sua exposição comparando as dimensões geográfica, social e política de Portugal com o Estado de Pernambuco, no Brasil. Do ponto de vista de produção legislativa, Brasil e Portugal são bastante diferentes, mas do ponto de vista de escala administrativa, são muito semelhantes, permitindo traçar um paralelismo. Em Portugal, não se tem a ideia de Estado Federativo, mas está incluído na União Europeia - a relação de escalas e de interferências interestatais é bastante interessante para fins de comparação com o Brasil. Portugal tem regiões administrativas e regiões autônomas, áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, estas equivalentes às regiões geográficas imediatas existentes no Brasil. De maneira semelhante à FECAM, as comunidades intermunicipais são associações voluntárias de municípios voltadas ao desenvolvimento de projetos comuns a vários níveis.

¹⁰InC2 – Iniciativa Nacional Cidades Circulares. Disponível em: <https://cidadescirculares.dgterritorio.gov.pt/>. Acesso em 08 fev. 2022.

Em seguida, João Mourato ponderou que, mesmo no contexto da pandemia, e da recessão econômica e o choque de reajuste decorrente, o grande desafio que afeta a relação da humanidade com o planeta são as alterações climáticas. Os ODSs postos pela Agenda 2030, buscam trazer respostas para essa problemática. O que interessa discutir é que tipo de respostas mais pragmáticas tem sido colocadas no terreno para dar vazão a esses objetivos.

A Comissão Europeia está à frente de uma dinâmica maior de mobilização de agentes políticos e econômicos no Pacto Ecológico Europeu¹¹ (*European Green Deal*), que tenta promover uma descarbonização radical de forma a cumprir objetivos de justiça ambiental e social para 2030 e 2050. Entre esses objetivos, o prof. João Mourato destaca a transição para a economia circular porque, tendo em conta as estruturas de política pública existentes nos Estados Europeus, é a estratégia que tem menor estrutura de financiamento já implementada no terreno e menor tradição no desenvolvimento de política pública multiescalar. Assim, a questão que se coloca é como traduzir à escala local essa agenda de desenvolvimento.

Em Portugal, como base, há 3 grandes pacotes: o Plano Nacional de Energia e Clima - PNEC 2030¹², o Plano Nacional de Investimentos - PNI 2030¹³, e o Roteiro para a Neutralidade de Carbono - RNC 2050¹⁴. Há a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas - ENAAC¹⁵ e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT¹⁶, eixo por meio do qual as estratégias de mitigação e adaptação se traduzem à escala local¹⁷. Há uma Lei de Bases do Clima (2021)¹⁸ que visa dar uma estrutura de articulação a tudo isso e fomentar a sua territorialização. Há ainda o Fundo Ambiental¹⁹, que é uma novidade em Portugal, em operação a menos de 5 anos, e que visa financiar uma variedade de projetos, desde educação

¹¹ Pacto Ecológico Europeu. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt]. Acesso em 08 fev. 2022.

¹² Plano Nacional de Energia e Clima – PNEC 2030. Disponível em: [<https://www.portugalenergia.pt/setor-energetico/bloco-3/>]. Acesso em 08 fev. 2022.

¹³ PNI 2030. Disponível em: [<https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/infraestruturas/investimentos/programas/planos-estrategicos/pni2030#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Investimentos,e%20estruturantes%20de%20%C3%A2mbito%20nacional.>]. Acesso em 08 fev. 2022.

¹⁴ RNC 2050. Disponível em: [<https://descarbonizar2050.apambiente.pt/>]. Acesso em 08 fev. 2022.

¹⁵ Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas ENAAC 2020 (prorrogado até 2025). Disponível em: [<https://apambiente.pt/clima/estrategia-nacional-de-adaptacao-alteracoes-climaticas>]. Acesso em 08 fev. 2022.

¹⁶ O PNPOT. Disponível em: [<https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/pnpot>]. Acesso em 08 fev. 2022.

¹⁷ Sobre a adaptação climática local em Portugal, cite-se: SCHMIDT, Luísa et al. Percepções sociais e estratégias locais de adaptação às Alterações Climáticas: a experiência do projeto ClimAdaPT. Local. In: **Actas da Conferência Internacional de Ambiente em Língua Portuguesa (CIALP 2018)**, Universidade de Aveiro, 8 a 12 de Maio de 2018, Vol. I. Universidade de Aveiro, 2018. p. 287-296.

¹⁸ Lei nº 98/2021, de 31 de dezembro. Disponível em: [<https://files.dre.pt/1s/2021/12/25300/0000500032.pdf>]. Acesso em 08 fev. 2021.

¹⁹ Fundo Ambiental. Disponível em: [<https://www.fundoambiental.pt/>]. Acesso em 08 fev. 2022.

ambiental a infraestruturas. Portugal buscou promover uma grande sistematização a nível nacional do ponto de vista dos elementos estratégicos que articulam a ação climática. O problema é como tudo isso se traduz na escala local e é neste ponto que se insere a Iniciativa Nacional para as Cidades Circulares – InC2.

A InC2 se assenta em uma série de elementos críticos. Primeiramente, em Portugal, a lógica da relação multinível não está verdadeiramente incorporada, as políticas funcionam em ambiente multinível por conformidade, porque as regras assim o exigem, mas não se consegue retirar da estrutura multinível um valor acrescentado, ou o potencial total dessa estrutura. As abordagens transetoriais são uma novidade porque prevalece a cultura institucional hiper setorial, departamental, com separação de temas e de áreas de ação. A Administração Pública em Portugal tem uma tradição de fraca experimentação. A lógica de reação face ao erro retira oportunidade de aprendizagem do contexto de política pública nacional, local e da relação entre os dois níveis. O nível de capacidade técnica e de acesso a recursos humanos e a recursos financeiros e de experiência técnica dos quadros locais são extremamente díspares entre os municípios. Todos esses desafios se transpõem, em maior ou menor grau, à realidade dos Municípios Brasileiros.

Voltando à comparação Portugal/Pernambuco, o professor destaca que Portugal, assim como Pernambuco, é um território de forte costeiraização, com uma zona interior fortemente despovoada, de modo que os seus municípios acabam tendo características cada vez mais díspares, o que influencia a capacidade das autoridades locais de darem respostas de forma autônoma aos problemas relacionados às alterações ou mudanças climáticas.

Outro ponto fundamental é a tensão permanente entre ciclos políticos curtos e objetivos de longo prazo, uma relação extremamente difícil de gerir. A nível nacional, tem-se observado ser impossível atingir objetivos estabelecidos para um horizonte temporal de mais de 10 anos. Há uma discussão intensa sobre como superar essa crise dos ciclos políticos curtos. Há também uma tensão importante entre fluxos de financiamento e sua utilização. Em Portugal o problema não é essencialmente falta de dinheiro. Não se consegue mobilizar agentes no terreno para aceder ao financiamento da União Europeia, para criar os projetos necessários a acessar esse financiamento. Assim, a falta de capacidade acaba por impossibilitar o acesso a um recurso vital. No contexto político atual, em que se conta com um Ministro do Ambiente e da Ação Climática²⁰ com peso político e visão aberta e mais dada a experimentação e à tentativa de

²⁰ Ministro do Ambiente da Ação Climática, João Soeiro de Matos Fernandes. Biografia. Disponível em: [\[https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/area-de-governo/ambiente-e-acao-climatica/ministro\]](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/area-de-governo/ambiente-e-acao-climatica/ministro). Acesso em 08 fev. 2022.

fazer algo diferente dos seus antecessores, a divisão de território recebeu a incumbência de desenhar uma política que rompa com esses padrões negativos de gestão.

Por outro lado, cerca de 30 - 35 municípios portugueses têm participado de iniciativas europeias, o *URBACT*²¹ e o *URBAN Agenda for the EU*²². Ao serem expostos a experiências externas, em projetos da UE, esses municípios acabam, 10-20 anos mais tarde, por incorporar no seu funcionamento interno um conjunto de princípios de intervenção diferentes que transmitem novas ferramentas aos corpos técnicos e demais atores e tem um efeito de replicação dessa educação extremamente interessante. Fala-se em redes de base temática, mas territorialmente diversas; a ideia de divisão entre Diagnóstico Prospectivo e Planejamento de Ação (bi faseamento); cooperação híbrida entre o interurbano e o local - para angariar territórios de diferentes graus de capacitação, para criar ciclos de aprendizagem; a ideia do apoio técnico e metodológico de peritos para os municípios que não têm capacidade por si só; e atenção a capacitação, comunicação e capitalização.

Do ponto de vista nacional, através da criação da Iniciativa Nacional Cidades Circulares – InC2, o que se procurou foi acrescentar um conjunto de eixos fundamentais para adequar o mais possível a iniciativa ao contexto nacional e potenciar a sua implementação. Primeiramente, buscou-se entender qual era o enquadramento regional estratégico, ou seja, fazer uma relação clara entre os projetos, a iniciativa, e os PDMs (Planos Directores Municipais) em vigor; sem segundo lugar, implementou-se a ideia de criar um fundo mais flexível a nível nacional - o Fundo Ambiental - que permitisse uma maior agilização entre desenho de projeto e financiamento; em terceiro lugar, buscou-se pensar na ideia do foco temático territorial muito mais ajustado, considerando que os municípios portugueses acabavam por se adaptar aos projetos europeus e não exatamente a apostar no que eram as suas necessidades locais, o que deixava o projeto aquém do potencial máximo de impacto; em quarto lugar, intentou-se tornar a iniciativa mais rápida, num prazo operacional mais curto, para tentar evitar a quebra do ciclo político; aplicou-se uma menor intensidade de financiamento, para permitir dividir o recurso disponível para um número maior de redes e, por fim, deu-se atenção especial ao próprio processo de constituição das redes. O projeto se lastreia fortemente nos três Cs - capacitação, comunicação e capitalização.

A discussão sobre a necessidade de maior comunicação e iniciativas comuns entre as cidades, mencionada pelo prof. Arlindo Philippi neste seminário, foi exatamente a discussão

²¹ URBACT. Driving change for better cities. Disponível em: <https://urbact.eu/>. Acesso em 08 fev. 2022.

²² The Urban Agenda for the EU in action. Disponível em: <https://www.urban-agenda.eu/>. Acesso em 08 fev. 2022.

que aconteceu quando do desenho da InC2. A chamada Praça das Cidades acabou por se transformar numa Plataforma de conhecimento mútuo de municípios, que às vezes são vizinhos territorialmente, mas que do ponto de vista administrativo poderiam estar em pontas completamente opostas do país porque não têm tradição de comunicação, de partilha de erros, de boas práticas. Verificou-se que o déficit comunicativo entre municípios era de fato muito estrutural – o que também se verifica entre municípios brasileiros.

A Praça das Cidades ganhou um valor acrescentado como uma aposta que funcionou muito bem, porque se transformou numa espécie de “universidade de verão” para técnicos municipais. Fez um esforço extra para conseguir que todos os representantes das unidades administrativas aqui mencionadas estivessem presentes nesta “universidade de verão” para os municípios. Ao estarem presentes, começou-se a estabelecer a rede, identificando os papéis de cada agente na iniciativa. Gradualmente, construiu-se a iniciativa e neste momento, já selecionados os municípios, a InC2 encontra-se na primeira fase da implementação das redes em si mesmas.

A distribuição de todos os municípios que concorreram, associados entre si, cobria 121 municípios, de um total de 308 municípios em Portugal, com distribuição geográfica bem equilibrada em oposição à realidade da costeiraização. Todo o programa estava assente em 4 eixos: ciclo urbano da água; a economia urbana para a circularidade; relações urbano-rurais e urbanismo e construção. São os 4 eixos que aparecem na estratégia europeia e na estratégia nacional, e que agora aparecem na estratégia local. Os critérios de base territorial para seleção dos municípios foram: redes compostas por 6 a 8 autoridades locais, com pelo menos 3 regiões representadas, com não mais de duas autoridades locais por região, pelo menos metade de territórios do interior ou insulares, pelo menos uma cidade com mais de 30.000 habitantes e com 10% de bonificação orçamental para as redes com municípios insulares. Foi dada ênfase aos municípios insulares, por meio da bonificação, porque nunca haviam participado de uma Rede *URBACT* e são municípios que têm menor presença em redes internacionais e partilha de boas práticas. A estratégia foi bem-sucedida, pois ao final todas as redes selecionadas têm a participação de municípios insulares.

Em setembro de 2021, foram formadas as redes. Concorreram 17 redes, 16 elegíveis, sobrando 4 após a avaliação, com 28 municípios envolvidos. Definidas as redes que seriam financiadas, começou o processo de enfrentamento dos desafios identificados no processo de autoavaliação. Na Fase 1- Grupos de Planeamento de Ação Local/GPAL, há ações de capacitação regulares, de forma mensal, ações de consolidação da rede, visitas entre parceiros, adequação do projeto às características dos parceiros, e a criação e consolidação do Grupo de

Planejamento de Ação Local. Este grupo constitui uma espécie de plataforma de governança, em que se assenta o projeto de rede e que conta com o corpo técnico da autarquia, representantes políticos da autarquia e *stakeholders*-chave, inclusive ONGs e cidadãos a título individual. A ideia é criar *advanced stakeholders* para garantir o melhor desenho do projeto e dar melhor potencial à sua implementação. Em dezembro de 2021, começa-se a chegar ao final da primeira fase, com os Planos Locais de Ação Integrada, que serão implementados com os financiamentos concedidos às redes. Os Planos Locais de Ação Integrada têm como pilar fundamental a cooperação interurbana, dinâmica que estava arredada da cultura da gestão local portuguesa e que tem enorme potencial de crescimento.

Para concluir sua exposição, o prof. João Mourato apresentou 5 mensagens-chave, que guardam grande sintonia com a realidade brasileira. A primeira, relacionada às instituições, é a mensagem de que conhecimento é igual a empoderamento. O que se nota a nível dos municípios em Portugal, assim como no Brasil, é uma grande disparidade de capacidade local, de conhecimento local e da forma de cada município engajar os desafios com que se depara; há assim uma ideia fundamental de empoderar os que estão mais defasados para acompanhar os que estão mais avançados, usando o funcionamento em rede. Outra mensagem-chave é a de que sem experimentação não há inovação. Adicionalmente, é preciso reconhecer que a transferência de ideias tem limites: há que se identificar as situações em que a replicação do conhecimento europeu não é vantajosa. As disparidades institucionais não só agravam as desigualdades existentes entre municípios como também criam novas desigualdades, e por isso é preciso ter cuidado com o tipo de integração entre municípios mais fracos em processos mais exigentes do ponto de vista técnico. E finalmente, do ponto de vista temporal, entre 2030 e 2050 - marcos para atingimento de metas de redução de carbono - o tempo urge, e há todo um discurso político de grandes objetivos, mas no terreno, é preciso reconhecer que a capacidade técnica dos municípios está muito aquém de conseguir a implementação que se pretende.

A segunda panelista, Professora **Claudia Garcia-Lima**, arquiteta e urbanista, associada ao Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Geografia da Universidad de Concepción, Chile, inicia sua participação apresentando o marco normativo da participação cidadã no Chile.

O Chile é um país unitário e dividido administrativamente por regiões. A Lei Federal nº 20.500/2011²³ estabelece a participação do cidadão na gestão pública como direito e cria os

²³ Ley 20.500 sobre asociaciones y participación ciudadana en la gestión pública. Disponível em: [\[https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1023143\]](https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1023143). Acesso em 08 fev. 2022.

Conselhos Comunitários da Sociedade Civil - COSOC²⁴ - na esfera local e para planejamento setorial²⁵. Vinculado ao planejamento urbano, o país tem a Lei Geral de Urbanismo e Construções (LGUC)²⁶ e sua portaria regulamentadora "Ordenanza General de Urbanismo y Construcciones" (OGUC)²⁷, que criam mecanismos de participação cidadã para o desenvolvimento de instrumentos de gestão pública. Há ainda a Lei nº 19.300/1994²⁸ sobre as bases gerais de proteção ambiental, criando a avaliação ambiental estratégica como ferramenta de gestão e a Convenção nº 169²⁹ com a Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre consultas indígenas nesse processo de cidadania.

Apesar do marco normativo introduzir a participação cidadã nos debates com instituições públicas no Chile, existem movimentos acontecendo à margem das normas. Como primeiro exemplo, há o "Projeto de inovação para o desenvolvimento do sistema portuário do Biobio: a inovação social e pública e o desafio da sustentabilidade em cidades portuárias", financiado por um fundo do governo regional. A região do Biobio é interessante pois está situada entre duas baías com vários terminais portuários, configurando um sistema de portos, o segundo maior do país, caracterizada por dificuldades na gestão e os impactos de toda logística portuária no desenvolvimento urbano.

Neste momento foi transmitido um vídeo apresentando características do projeto e demonstrando como os portos sempre foram motores de desenvolvimento territorial e propiciaram a formação de cidades portuárias, com grande complexidade econômica, social, ambiental e física. Dentro desse sistema urbano-portuário, existem também conflitos associados aos impactos da cadeia logística nas cidades, que produzem efeitos negativos multissistêmicos. Portos mais eficientes convivem com áreas urbanas precárias e se observa a contradição existente entre a competitividade portuária e a competitividade urbana.

²⁴ COSOC – Consejo de la Sociedad Civil. Disponível em: [\[https://www.consejotransparencia.cl/informacion/cosoc/\]](https://www.consejotransparencia.cl/informacion/cosoc/). Acesso em 08 fev. 2022.

²⁵ Sobre os COSOC, cite-se: MUÑOZ ARAVENA, Waleska Tatiana. La participación ciudadana en Chile. El caso de los Consejos Comunales de la Sociedad Civil en la región del Biobío. **Espiral** (Guadalajara), v. 25, n. 73, p. 203-231, 2018.

²⁶ Decreto 458 - DFL 458. Aprueba Nueva Ley General de Urbanismo y Construcciones. Disponível em: [\[https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=13560\]](https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=13560). Acesso em 08 fev. 2022.

²⁷ Decreto 47. Fija nuevo texto de la Ordenanza General de la Ley General de Urbanismo y Construcciones. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=8201&idParte=100018401&idVersion=>. Acesso em 08 fev. 2022.

²⁸ Ley 19.300. Aprueba ley sobre bases generales del medio ambiente. Disponível em: [\[https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30667\]](https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30667). Acesso em 08 fev. 2022.

²⁹ O Brasil também é signatário desta Convenção, conforme Anexo LXXII do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo72\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo72). Acesso em 08 fev. 2022.

Referido projeto sustenta que a inovação na logística portuária é uma atividade importante para agregar valor econômico aos clientes e capaz de produzir serviços urbanos e contribuir para o bem-estar e saúde das comunidades e seus territórios. Para tanto, é necessário criar e institucionalizar uma prática e cultura de diálogo social e planejamento estratégico entre os representantes das empresas, municípios e atores territoriais, com o objetivo de: (i) proporcionar mudanças logísticas e investimentos com maior legitimidade social, evitando a judicialização de projetos; (ii) assegurar a sustentabilidade social e ambiental dos investimentos no território, garantindo estabilidade; (iii) aproximar os debates sobre os planos de investimento dos municípios como unidades administrativo-políticas mais próximas do cidadão; (iv) articular as demandas e necessidades dos cidadãos com as expectativas de desenvolvimento logístico das empresas; (v) facilitar processos de desenvolvimento local participativo e democrático, promovendo a integração dos atores da sociedade na tomada de decisões.

O conselho assessor da Mesa de Diálogo da Cidade Portuária Metropolitana é um órgão colegiado que tem por objeto o desafio de contribuir para instalação e consolidação de uma cultura de planejamento e gestão colaborativa no âmbito urbano-portuário, a partir de um diálogo multissetorial e representativo dos diferentes atores que participam do sistema portuário da área metropolitana de Concepción. Desta maneira, o projeto de Biobio busca contribuir com novas formas de colaboração público-privada para o planejamento e gestão dos processos.

Para a instalação dessa Mesa de Diálogo é que a universidade entra em ação e serve como instrumento de articulação entre o Poder Público, a iniciativa privada e a comunidade. A responsabilidade pelo bem-estar é compartilhada entre todos os atores da sociedade e a comunidade passa a entender a cidade portuária como parte da sua identidade cultural e patrimonial, tendo a segurança de que os riscos e impactos ambientais da atividade estão sendo minimizados e/ou gerenciados. Assim como as empresas passam a ter um valor agregado à sua produtividade com sustentabilidade e o Poder Público tem a garantia de um desenvolvimento colaborativo entre o porto e a cidade e a formação de capital humano.

O projeto foi constituído de quatro componentes: diagnóstico territorial; mesa de diálogo; análise prospectiva e planejamento estratégico. A palestrante apresentou a estrutura da mesa de diálogo, destacando a necessidade de um perfil político e técnico e a capacidade de tomada de decisões de maneira transversal e participativa. O resultado foi um plano estratégico de logística urbano-portuária com a definição de três linhas estratégicas: governança, logística e identidade.

Por fim, os principais avanços conquistados com a realização deste projeto foram a elaboração do diagnóstico da logística urbano-portuária da área metropolitana de Concepción; a implementação de um modelo de governança baseado no diálogo colaborativo para reduzir conflitos e projetar ações de desenvolvimento por meio da Mesa de Diálogo; implementação de um conselho assessor da Cidade Portuária Metropolitana; o desenvolvimento de atividades como por exemplo seminários de capacitação; e o estabelecimento de redes de colaboração com mais de 70 entidades em nível local, regional e federal.

Como grandes desafios a serem enfrentados, a Professora Claudia destaca o fortalecimento da governança proposta, com participação efetiva e duradoura das entidades que participaram do projeto; avançar na formalização de acordos de colaboração entre empresas e municípios onde existam portos privados; e implementar o Plano Estratégico, grande produto final da Mesa de Diálogo.

Em seguida, o médico e vereador **Gilberto Natalini** iniciou sua exposição ressaltando que não existe política pública sem parceria e sem participação popular. Todas as políticas públicas que se tornaram eficazes e produzem os efeitos desejados são aquelas formuladas por governantes que tiveram a inteligência e a sabedoria de procurar instituições e cidadãos comuns para participar desse processo. Parafraseando o político Mário Covas, disse que "Não tem governo ruim para povo organizado". Se o povo se organiza e o governo dá abertura para proposição de parcerias para executar ações visando o bem comum, as coisas acontecem e os bons resultados aparecem. Se por qualquer motivo, o governo se isolar e não permitir participação do cidadão, esse governo não terá bons resultados.

Parcerias podem ser estabelecidas entre o Poder Executivo, como por exemplo o Pacto Federativo: governo federal, governo estadual e governo municipal. São mais de 5.500 municípios em nosso país e o governo local precisa participar. Exemplo do que funciona é a vacinação. O governo federal compra, o governo estadual distribui e o governo municipal é quem aplica.

O Poder Legislativo também precisa participar ativamente da gestão. Como vereador por cinco mandatos no município de São Paulo, Dr. Gilberto destaca a necessidade de saber compor de maneira suprapartidária com o Poder Executivo acima do interesse partidário e de questões ideológicas. Exemplo positivo dessa composição foi a municipalização do Sistema Único de Saúde que ocorreu na gestão de uma oponente política, porém o interesse público está sempre acima do interesse político.

É preciso ainda envolver institucionalmente o Poder Judiciário para implementação de uma política pública. Em São Paulo, de 2008 a 2012, aconteceu a Operação Defesa das Águas.

Foi uma grande força tarefa, envolvendo mais de 40 instituições dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da sociedade civil para cumprir o objeto da política: recuperação dos mananciais de São Paulo. As ocupações irregulares nas margens da represa Billings e Guarapiranga foram zeradas naquela ocasião e houve envolvimento de todos os atores da sociedade.

E parcerias do poder público com a iniciativa privada são necessárias e extremamente complexas. O setor empresarial tem relevância nesse processo, pois o orçamento do poder público é limitado. Organizações religiosas, sindicais, de associações de bairro, das instituições de ensino superior são todos atores que potencializam o alcance e a eficácia da política pública. Universidades são essenciais pois sistematizam o conhecimento. Eventos como esse são fundamentais para utilizar esse conhecimento de transformação visando melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A proposta do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, não surgiu do governo. Ela nasceu da ideia de médicos sanitaristas que levaram essa proposta de um sistema de saúde público amplo e universal para os governantes. Com o apoio da sociedade civil e dos conselhos de saúde, a ideia ganhou força e os membros dos poderes elaboraram o texto que foi aprovado e a Constituição Federal institucionalizou a iniciativa³⁰.

E, para finalizar, o vereador pontuou que a democracia é necessária para termos esse diálogo e permitir avanços. A democracia exige equilíbrio dos governantes e traz a segurança que precisamos para garantir que nossas políticas públicas sejam aplicadas, produzindo os efeitos desejados de garantir dignidade a todos e o desenvolvimento sustentável para presentes e futuras gerações. E não basta ter conhecimento sobre a importância das parcerias, precisamos aplicar esse conhecimento produzido para o benefício de todos os cidadãos e cidadãs deste país.

Na conclusão do Seminário, Prof. **Roberto Pacheco** fez uma suma das apresentações feitas no evento. Com referência à fala de Sisi Blind, destacou a necessidade de se ampliar a cooperação entre municípios. Quanto à apresentação do prefeito Zancanaro, apontou como uma situação de crise pode ofertar a oportunidade de mobilizar a cidade em torno de um objetivo comum, de modo que Campos Novos não só resolveu a questão dos resíduos como criou instrumentos, desde a educação ambiental infantil até a possibilidade de trabalhar com os municípios vizinhos, um exemplo a ser incorporado à base de casos do CEURS, como exemplo de boas práticas. Sobre a fala de Rodrigo Iacovini, do Instituto Pólis, destacou a importância

³⁰ Cite, a respeito: KRUGER, T. R.; OLIVEIRA, A. Trinta anos da Constituição Federal e a participação popular no SUS. *Argumentum*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 57–71, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i1.18621. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18621>. Acesso em: 8 fev. 2022.

da temática ser mobilizadora das ações, bem como a atuação em rede do Instituto Pólis, por meio da Plataforma Global para o Direito à Cidade, e os motivos da coprodução, para além do ordenamento jurídico, com as contribuições da participação cidadã para o processo da sustentabilidade, evidenciado pela mobilização da comunidade LGBTQIA+. Sobre a apresentação de Anita Pires, a respeito do Floripamanhã, assinalou o papel da organização em pensar a cidade e articular os diferentes setores, trazendo resultados, como o selo Unesco de cidade gastronômica, com repercussão socioeconômica.

Quanto ao segundo painel, a respeito da fala do prof. João Mourato, o prof. Roberto Pacheco destacou a importância da comparação Portugal-Brasil, com reflexões e aprendizados que podem ser aplicados ao programa CEURS: mobilização dos municípios em rede respeitando a cultura e contexto local. Sobre a apresentação da profa. Claudia Garcia-Lima, ressaltou a importância da Universidade de Concepción e seu papel na construção da ciência-cidadã, sendo que a governança na coprodução é um dos principais gargalos, e o exemplo trazido do papel da universidade é definitivo, como mais um case importante de aprendizado. Por fim, rememorou a reflexão inspiradora e entusiasta do vereador Natalini, sobre a complexidade, dificuldade e beleza da democracia, sendo o SUS um exemplo importante de conquista da sociedade civil, absolutamente estratégico para que o país passe pela pandemia, bem como a relevância do bom uso do gasto público, em que a coprodução traz *accountability*. Considerou, em suma, que o seminário trouxe um material vasto, que será organizado em pílulas de conhecimento para disponibilização no âmbito do CEURS.

Por fim, em encerramento ao Seminário, o Prof. **Marcos Buckeridge**, coordenador do USP Cidades Globais, destacou que os quatro eventos realizados no ciclo do CEURS trazem uma importante contribuição, ressaltando a importância da articulação de ações e da mobilização da sociedade civil, especialmente no atual contexto do país de ataque às instituições. Reiterou a importância da educação e da capacitação, não só para os gestores mas também para a sociedade civil, para engajar a população na visão sistêmica e promover avanços na sustentabilidade.

Referências

KRUGER, T. R.; OLIVEIRA, A. Trinta anos da Constituição Federal e a participação popular no SUS. *Argumentum*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 57–71, 2018. DOI:



10.18315/argumentum.v10i1.18621.

Disponível

em:

<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18621>. Acesso em: 8 fev. 2022.

MUÑOZ ARAVENA, Waleska Tatiana. La participación ciudadana en Chile. El caso de los Consejos Comunales de la Sociedad Civil en la región del Biobío. **Espiral** (Guadalajara), v. 25, n. 73, p. 203-231, 2018.

SCHMIDT, Luísa et al. Percepções sociais e estratégias locais de adaptação às Alterações Climáticas: a experiência do projeto ClimAdaPT. Local. In: **Actas da Conferência Internacional de Ambiente em Língua Portuguesa (CIALP 2018)**, Universidade de Aveiro, 8 a 12 de Maio de 2018, Vol. I. Universidade de Aveiro, 2018. p. 287-296.